

TRIBUNA Live

18
JANEIRO
1964

SEMANÁRIO DE CRÍTICA E ACTUALIDADES

EDITOR: PAULO BARBOSA DE MACEDO

DIRECTOR: António Narciso Gonçalves Macedo

PROPRIEDADE: IRMÃOS BARBOSA DE MACEDO

COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO, E REDACÇÃO: LARGO DO DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR-TELEF. 62113 - AMARES

TRISTE SINA...

Nunca demos ouvidos a notícias ou comentários sobre o concelho de Amares, de certo jornal nosso vizinho, porque esse órgão, sistematicamente e sem qualquer razão, desleal para conosco, não pode contar nas nossas relações.

Temos intercâmbio e permuta com todos os nossos colegas da província e mais jornais do país, mas com este nunca nisso se pensou de parte a parte, e da nossa, foi pelos ataques, sem motivo, desferidos por esse jornal contra este periódico — pelo menos nisso consentiu.

Hoje, porém, vamos fazer referência a certas cartas de Amares que, insertas naquele semanário, nos vieram mostrar, amigos, em geito de brincadeira.

Não julgue o leitor que, à laia de estudante, vamos armar barraca. Não. O que é certo é que enquanto o amigo ria, nós não rimos. Não porque essas cartas ou

comentários tivessem qualquer assunto que nos melindrasse, ou atingisse, ou até que atingissem ou diminuíssem alguém.

Os homens são o que são. Grandes se, trabalhadores, activos, honestos e dignos, conseguem, sobrepondo-se ao comum, ser úteis à sociedade.

Pequenos se, como o camaleão, empoleirados em lugar cómodo e mudando de cor conforme as circunstâncias, nunca poupam a vítima que lhe passe ao alcance.

Revoltados contra a sua pequenês, usurpam a obra alheia, criticam a obra dos outros, e estorvam o progresso.

Medíocres se, sem possibilidades próprias, vegetam protegidos pela sombra e servindo de joguete. Neles, só se vê, aprecia ou deprecia, a sombra. Não é ele que faz, é a sombra. Não foi ele que fez, foi a sombra.

Nesses artigos ou comen-

tários há sempre sombra.

Isto é um conceito de vida que repudiamos pelo senso de independência que temos.

Ora, como íamos dizendo, não rimos, apesar de o amigo rir. Não rimos, porque estas cartas ferem a nossa sensibilidade, principalmente pela forma destrutiva de apreciar, a forma injusta e retrógrada de comentar. Não vimos nessas cartas, e lamentámo-lo sinceramente, uma forma construtiva de apreciar, um desejo de progresso expresso em ideia, um bocado de civismo, ou uma linha de pensamento conducente a um plano digno.

Não admira, porém, porque dos que supomos possíveis correspondentes — a gente tem sempre de supor, ainda que não queira — com

(Continua na 3.ª página)

Afirmações do Senhor Ministro do Interior

Na posse do novo Governador Civil do Porto o sr. Ministro do Interior fez as seguintes afirmações que achamos oportuno transcrever:

«Na acção política do Governador abre-se um campo enorme de actuação: a colaboração com os organismos políticos, o conagraamento de boas vontades, o chamamento daqueles valores que por motivos fúteis ou razões que importa esclarecer se remeteram a uma atitude de inércia ou de afastamento e sobretudo o fomento da revelação de novos elementos procurando recrutá-los das diversas correntes de pensamento político que aceite os princípios essenciais da política nacional.»

Mais adiante, sobre a coordenação dos Governadores Civis disse:

«Esta tendência de substituição, considero-a mesmo um perigo a evitar, pois na medida em que ao Governador se propõe uma acção directa ao concelho está a contribuir para o desprestígio e diminuição da função do presidente da Câmara e para o apagamento da acção municipal. Coordenar não é substituir.»

É Preciso Aportuguesar as Romarias de Portugal

«Temos de restabelecer, por todas as razões, e especialmente em relação ao turismo, a pureza das nossas romarias e outras festas populares» — escreve, em editorial, «O Século», que acrescenta:

«O esforço a desenvolver não cabe somente ao SNI ou às comissões de turismo e presidentes de municípios ou de juntas de freguesia. Pertence às pessoas mais ilustradas de cada povoação ou região e ao próprio povo. As nossas romarias, garantido o seu êxito pela afluência crescente de turistas estrangeiros e nacionais, têm de revelar o que há de característico e não o que é universal. Trajos, música, baillados, canções — tudo tem de

ser objecto de saneamento, para que as festas se tornem, com o seu carácter típico, mais sedutoras. O que há muitos anos se faz com as festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, é exemplo e padrão a seguir. Uma comissão de bairristas, sem cargos oficiais, empenhou-se na defesa de tudo o que era tipicamente vianense. Em velhas arcas de gente grada ou humilde foram descobertos alguns dos mais belos trajes da Europa; recordaram os mais velhos algumas canções esquecidas; e, assim, a Festa do Trajo se tornou um grande cartaz de turismo, evidenciando expressivamente o que os visitantes da terra portuguesa não encontram nos seus países.»

Depois, a concluir, acentua «O Século»:

«É preciso aportuguesar as nossas romarias. Para isso, o dinheiro é o que vale menos. Espírito de iniciativa e conju-

(Continua na 5.ª página)

Ainda o novo imposto de camionagem

Lemos, há dias, a intervenção de um deputado, na Assembleia Nacional, sobre o novo imposto que irá incidir sobre as camionetas de carga particulares.

Achamos que a sua intervenção foi útil, pena foi que não fosse mais desassombrada, e nós temos de nos habituar a ser desassombrados quer queiramos quer não, porque o País precisa disso.

Uma das facetas que o orador debateu especialmente foi o facto do Governo continuar a pôr dificuldades à concessão de alvarás de transportes públicos, o que leva os interessados a deslocar-se para a camionagem particular.

Tem muita razão, como ainda há razões para censuras em muitos outros casos que não foram postos e estão para ser postos.

Em verdade não está certo que enquanto o transporte motorizado aumenta num ritmo intenso se continue a negar a passagem de alvarás na proporção que se afigura justa.

Daí resulta a carência de transportes e, como conse-

quência, o aparecimento desses transportes pela única via possível — a camionagem particular.

Depois o disparate torna-se ainda maior em muitos casos. O transporte público tem um raio de acção, o transporte particular não o

(Continua na 4.ª página)

Assuntos de Interesse para o CONCELHO

O Sr. Ministro da Saúde concedeu à Misericórdia do nosso concelho um subsídio de 5 contos.

Em Lisboa, a tratar de assuntos do maior interesse para as instituições locais, especialmente as de assistência, estiveram os Srs. P.º Albino José Fernandes, José António Pires e António Baptista Fernandes, aguardando-se os melhores resultados que oportunamente serão anunciados.

O Sr. Eng. Maças Fernandes, Director Geral das Construções Hospitalares, fez as mais significativas referências de louvor ao Sr. Director Clínico da Misericórdia, Dr. Eduardo Gonçalves, o que nos apraz registar com a maior satisfação.

Espanha e Rússia

Há um ano precisamente, no almoço que o ministro espanhol das Relações Exteriores, Castiella, ofereceu no Real Clube da Casa do Campo, em Madrid, aos jornalistas portugueses ao tempo em visita oficial à Espanha, perguntei ao meu querido amigo D. Pedro Gomez Aparício, cronista internacional N.º 1 do país vizinho, director da prestigiosa «HOJA DE LUNES» e presidente da Associação de Imprensa madrileña:

Se a Espanha decidir estabelecer relações diplomáticas com uma grande potência comunista, qual será essa potência?

D. Pedro sentava-se à minha frente, na mesa. Mas foi um jovem diplomata espanhol, sentado à minha direita, quem se apressou a responder:

Se estabelecessemos relações diplomáticas com uma grande potência comunista, estabele-

cê-las-íamos, sem dúvida, com a União Soviética. Quanto a Portugal, preferirá, evidentemente, estabelecê-las com a China.

Pois é que aconteceu agora em Paris veio confirmar aquelas palavras há um ano proferidas pelo jovem diplomata. Foi numa recepção oferecida

(Continua na 5.ª página)

Delegado do Procurador da República na comarca de Amares

Acaba de ser nomeado Delegado do Procurador da República na comarca de Amares o sr. dr. José Cardoso Braga, que até aqui desempenhava as mesmas funções, interinamente, na comarca de Monção.

A sua posse verificar-se-á, em breve, nesta vila.

A Redacção deste «Semanário» pede a todos os seus colaboradores que enviem as suas notícias ou artigos até à quarta-feira.

A Redacção

TRIBUNA FEMININA

«À JOURS», Crivo, Bordados Caprichosos a Cheio ou Abertos em Branco e sobre Branco

São os motivos principais do «BRANCO»,
que — em 1964 — Volta a ser Branco

ULTIMAM-SE e dão-se os retoques finais às colecções que, dentro de dias, virão dizer às mulheres de todo o mundo o que os grandes costureiros das capitais da Moda decretaram para 1964. Enquanto esses dias de febre não chegam, vamos bisbilhotando o que se usa noutro campo, o do «Branco», que, de há muitos e muitos anos para cá, de branco só tinha o nome, pois se ia tingindo em tons cada vez mais fortes. Como se sabe, chama-se «branco» à roupa de cama, de mesa, de casa de banho e de cozinha. Pois o ano que agora começa trouxe consigo a ressurreição da roupa de casa — e principalmente no que diz respeito à de cama e à de mesa — em branco e (o que tem importância maior) também bordada a branco. Isto não quer, evidentemente, dizer que não se teçam, não se confeccionem, não se vendam ou não se comprem tecidos coloridos. Continuam e continuarão a usar-se por muitos anos. Do que não há dúvida, porém, é de que o branco voltou ao seu antigo posto e logo foi considerado da maior distinção, hoje, quando todo o mundo possui roupas de casa mais ou menos coloridas.

Nos conjuntos de casa de banho — embora apareçam alguns de imaculada alvura — a cor ainda predomina, sobretudo um lindo cor de rosa, a que se deu o nome de «rosa-camafeu». Múltiplos conjuntos são já de fundo branco

mas guarnecidos com desenhos em tons fortes. A cozinha, essa volta às costas à nova moda e adorna-se de vermelhos carregados, de azuis ultramar, de verdes marinhos, tudo isto bordado, estampado ou guarnecido com tons fortes — e tanto que chegam mesmo por vezes ao preto.

O «RAYONNE», o «DRAGON», o «TERGAL» e o «DRAGON» misturam-se ao algodão e reproduzem novos tecidos, que não necessitam de ser passados a ferro, que se lavam num bochecho de água e secam com a maior facilidade. Neste género de tecidos vêem-se — estampados em tons fortes — desenhos de flores, de pássaros dos climas tropicais ou de ornatos «À PICASSO». Isto é especialmente dedicado ao «prático», ao que se usa todos os dias, mas, na verdade, nenhum enxoval de noiva deixará de levar as suas peças de linho ou, quando mais modesto, de algodão, mas em branco e bordado a branco, embora se transija ainda com os tons pastel com bordado tom sobre tom.

A roupa de cama enche-se de «À JOURS» geométricos, de crivo, de bordados a cheio e mesmo de bordados a aberto. Quanto mais complicado for o motivo, mais na moda estará. Quanto à toalha de mesa, foi substituída praticamente pelos «individuais», quase sempre coloridos. Para um jantar elegante, porém, a toalha branca é considerada de grande elegância, logo seguida pela de tom crú, borda-

do a castanho ou a azul.

E já que estamos falando da mesa: há outro assunto ressuscitado em 1964 — o velho «CHEMIN DE TABLE», posto de parte há muitos e muitos anos. É Paris quem agora o propõe, pois tem-no à venda, praticamente, em todos os armazéns.

O monograma volta a ter grande importância também e já sem o problema de que letras se vão juntar, muito amiguinhas, lado a lado, ou entrelaçar — como numa antevisão da ventura que vai unir ou desposados. Sua Excelência a MODA diz que a noiva deve marcar o «branco» com a inicial do seu último apelido do noivo. E não haja receio de complicar o desenho do monograma. Quanto mais risquinhos, quanto mais floreados tiver, mais no rigor da moda ficará.

A colcha deve obedecer — sempre que possível — ao estilo da mobília. A mais moderna (e que pode ser feita com antecedência, pois ligará bem com todos os estilos) é a de «piqué» branco, liso ou acolchoado e com larga franja também branca.

Quando se procura a razão deste novo entusiasmo pelo branco, vem à lembrança a máquina de lavar. É esta, certamente, o que está na origem desse entusiasmo, pois não há receio de águas quentes demais nem de descuidos com os minutos precisos. O branco, quanto mais calor apanhar, quanto mais tempo ficar no banho, mais alvo se tornará. E tão alvo que vai rivalizar com a brancura de antanho, aquela brancura que excitava as donas de casa a excederem-se, de perfeição em perfeição, para que o seu estendal fosse o mais brilhante das redondezas.

E, se a noiva que me lê encontrar, em algum velho baú de alguma idosa parente, uma daquelas colchas de rosetas de «CROCHET» ou uma daquelas outras, tecidas em trama com duas agulhas, não hesite e peça-lha com ternura.

Posta na cama, excitará a inveja (embora inveja de benévola amizade) das suas amiguinhas. E, se a parente quiser oferecer também o baú, não o olhe com ar desdenhoso. Mesmo velho e descon-



CULINÁRIA

BIFES DE LOMBO

Cortam-se os bifes do lombo, temperam-se com sal e pimenta e põem-se em manteiga fervente, passando-os bem. Adicionam-se-lhes então 2 colheres (de chá) de Maizena dissolvida em leite frio. Estando o molho suficientemente grosso tiram-se os bifes do lume e servem-se sobre fatias de pão frito em manteiga.

BORRACHOS DE CAPA

Limpos e preparados, põem-se os borrachos a frigar em manteiga, depois de recheados com azeitonas, ovos cozidos, amêndoas, passas de uva, e temperado com sal e pimenta. Fritos, envolvem-se em massa folhada e metem-no no forno até a massa dourar. Servem-se quentes ou frios.

juntado, fará um vistão na sua casa. Não se esqueça de que hoje tudo quanto seja velho (e quantas preciosas velharias estarão esquecidas por esse país fora) é agora moderno, muitíssimo elegante e... caro como fogo.

CONSERVA DE NOZES

Apanham-se nozes verdes e tenras, quando ainda não excedam o tamanho duma azeitona grande, e deitam-se numa vasilha de vidro ou de porcelana. Durante o primeiro dia salpicam-se duas vezes com sal. Se escurecerem deita-se-lhes mais sal no segundo dia, pois recuperarão assim a cor normal. Junta-se-lhes então algumas cabeças de ouregãos, cravos da Índia e dois pimentões verdes, cortados em tiras. Cobrem-se em seguida completamente com vinagre branco um pouco mais que morno e, passadas vinte e quatro horas, guardam-se num frasco de vidro que se tapa com um pergaminho.

SOPAS DE CHÁ

Untam-se com manteiga fresca várias fatias de pão com as quais se cobrirá o fundo de uma terrina, deitando-lhes açúcar, canela e um bocadinho de cravo da Índia. Regam-se em seguida com uma infusão de chá muito forte e dobrada porção de leite, e serve-se bem quente.

FEMININO JORNAL
DA MULHER PARA

CINEMA
HORÓSCOPO

REPORTAGENS

MODA
ACTUALIDADES

CONSELHOS
CULINÁRIA

REDACÇÃO
ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE

R.D. JOÃO IV, 904
TEL. 30796 * PORTO

TRIBUNA do CONCELHO

TRISTE SINA...

—» (Continuado da 1.ª página)

curiosos de latim ou quejandos, nunca brotou, que nós saibamos, tanto na sua vida privada como pública, qualquer obra, feito ou acção meritória ou de interesse público, que possam chamar sua ou pelo menos sua ideia.

Enfim, seres que passam por este mundo como víboras traiçoeiras e venenosas, autênticas aberrações, autênticos abortos que, obcecados, nem sabem o mal que causam.

Há tempos era a afirmação de que a Feira Nova não precisava da rua tal, que se projectava abrir. Mas não disse a razão porque o fazia!... Seria seu o terreno? Era por maldade? Que ânsia de destruição tem!...

Se não temos terrenos para construções e muito quem queira construir, porque se não há-de abrir essa e outras ruas? Não é nisso principalmente que reside o progresso das grandes cidades?

Não é nisso que se admiram?

O mau ou o invejoso, não faz, nem deixa fazer; não constroi nem deixa construir.

Para ele, tudo o que outro faz, é sombra que o obscurece. É desafio à sua pequenez. É uma afronta à sua incapacidade. Revoltado intimamente, o que não é, não admite que outros sejam.

Aquela ideia preversa abeca-o, domina-o. Quem proíbe os autores dessas cartas de pelejar pela sua terra, quem lhe recusa a ajuda, quem lhe nega o direito e até o louvor?

Não temos a veleidade de fazer com que se modifiquem. Infelizmente, esses males não têm cura quando se manifestam em idade já madura.

Queremos, sim, com estas palavras, desfazer aquilo que essas cartas têm de mau, o seu conteúdo destrutivo e de perniciosos efeitos para quem lê, porque o leitor sabe bem dos ideais que sempre nos animaram, e porque da intriga e da mentira sempre fica.

Valorizar, fazer, construir seja onde for e seja quem for, tem de ser louvado.

Destruir, desmoralizar, estorvar, repito, só de ineptos, incapazes e dos maus, e que triste sina a sua.

Estavamos na Câmara quando a Junta de Freguesia de Amares requiriu licença para construir umas casas para pobres junto à Estrada Nacional. As casas, res-do-chão, tal e qual constavam do projecto não deveriam ser autorizadas, (veja-se o agradável aspecto que resultou da obrigação imposta

pela Câmara para construção em dois pisos dos prédios que marginam a Estrada de Caires, ainda dentro da Vila), mas não; o nosso voto foi imediato. Era para construir, não podia ser melhor, não devia pôr-se qualquer obstáculo; (afinal tais construções não se fizeram e foi pena). Nas primeiras sessões da Câmara que fazíamos parte, também por proposta nossa se deu uma machadada no Regulamento em vigor que estorvava em demasia o fomento de construção; e também quando se discutiu o problema da construção do Palácio de Justiça, embora a minha opinião sobre localização fosse diferente, e ainda é, propusemos em sessão camarária que se adquirisse imediatamente o terreno a meio da Vila — terra de ninguém — e se incluísse a sua construção no plano de actividades camarárias para 1963, o que foi aprovado, porque era o Ministério da Justiça quem pagava e era para construção imediata o que não podia de forma alguma perder-se, até porque o local era própria exigência do Ministério. Considero no entanto, ontem como hoje, um crime, construir-se ali tão importante imóvel.

Hororiza nos ler ou ouvir tais comentários destrutivos seja sobre que terra for mas principalmente numa vila ou num concelho como o nosso onde são tão necessárias as ruas, as construções e o progresso, venha ele de onde vier e seja onde for.

Li também com fastio outras apreciações sobre a electrificação de Bouro, e fiquei com pena de tanta cegueira e de tanta maldade que encerram. É que nós fomos dos que subimos muitas vezes os Ministérios por causa da electricidade de Bouro, incluindo o Ministério das Finanças e não me consta que ninguém mais lá subisse depois para o efeito.

Mas que sabe o comentador dos trabalhos, canseiras, despesas pessoais, empenhos e favores conseguidos para realização duma obra que a Câmara de então colocou como sua principal preocupação?

Quanta mentira, quanto desconhecimento dos factos, quanta cegueira e maldade e quanta injustiça repetimos.

Esta é também uma das piores facetas, das piores manifestações do espírito destruidor desses fracos, sem recursos para ver mais alto, serem mais nobres e mais dignos.

Nada temos que recear, agora, com mentiras, mas tem a perder a Vila e o Con-

2.ª publicação



Tribunal da Comarca

DE

AMARES ANÚNCIO

Pela Secção de Processos da Secretaria Judicial desta comarca, correm éditos de VINTE dias contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados MARIA ROSA ALVES, viúva; ROSA DA CONCEIÇÃO ALVES, solteira; ANTÓNIO ALVES DA SILVA, solteiro; todos proprietários e residentes no lugar de Charil, freguesia de Vilela, desta comarca, e ELIAS JOSÉ PEREIRA, solteiro, comerciante, residente na Rua Rodrigo, n.º 10, no Rio de Janeiro, Brasil, para no prazo de DEZ dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre tenham garantia real, na execução movida pelos exequentes Maria da Glória Antunes, viúva, proprietária, António José Gonçalves Fernandes e mulher Maria de Fátima Antunes Ribeiro, proprietários, residentes no lugar de Terreiro, freguesia de Santa Maria de Bouro, desta comarca.

Amares, 4 de Janeiro de 1964

O Ecrivão,

Vitor Manuel Lopes Afonso

VERIFIQUE!

O Juiz de Direito,

Fernando Adelino Fabião

celho que já sofreu suficientemente.

Fiquem no entanto certos os ditos correspondentes que nunca altercaremos com novos comentários, decisão que há muito havia tomado este Jornal.

Só o mal que podem causar para o progresso do Concelho, tais comentários, nos levou a estas referências que não gostamos de fazer e e não repetiremos.

Paulo Macedo

— No dia 22, a Ex.ma Senhora Dona Julia Fernanda de Oliveira e Silva, esposa do sr. Domingos M. da Silva.

Tribuna Livre felicita a excelsa Senhora e faz votos de muitos anos de vida na companhia de seu marido e filhos.

CARTA DE LAGO

***** Aos amigos de perto e de longe *****

FALECIMENTOS

No dia 10, de manhã, faleceu no lugar da Ribeira, de Lago — Amares, Manuel José Correia, de 63 anos, casado, natural de Lago, onde residia, filho de Jerónimo Correia e de Noreisa Rosa Ribeiro. Recebeu os últimos sacramentos e foi sepultado catolicamente no cemitério de Lago, no dia 11, depois da missa do corpóreo e os outros sufrágios rituais.

Também no dia 12 de manhã, faleceu, no lugar do Outeiro Josefa da Costa, casada, de 79 anos, natural de Lago — Amares, onde sempre residiu.

Recebeu os últimos sacramentos da Santa Igreja e foi sepultada catolicamente, depois do ofício de defuntos, missa exequial e demais rezas no cemitério de Lago.

J. Moreira

CAIRES

A pavimentação da nossa estrada

Acabou, há dias, a pavimentação da fase participada da nossa estrada. Pode dizer-se que a freguesia foi quase totalmente atravessada por esta obra. Ficou, porém, sem fazer, um troço que liga à primeira parte já feita ao sair da Feira Nova.

Segundo nos consta os serviços oficiais estavam resolvidos a participar periodicamente a pavimentação desta estrada de maneira a torná-la toda coberta a cubos.

É preciso que a Câmara nos não esqueça e insista para que seja concedida participação de novo troço que, ao que nos parece, devia verificar-se este ano.

ANIVERSÁRIO

Passou o seu aniversário natalício no dia 13 o nosso particular amigo e assinante deste



semanário, Sr. Adão Arantes Russell, proprietário na vizinha freguesia de Carracedo.

Por tão faustosa data Tribuna Livre apresenta-lhe os seus cumprimentos e faz votos que este se repita por longos anos na companhia de toda a família.

AVISO

«Nos termos do novo Código da Contribuição Predial, avisam-se todos os proprietários ou usufrutuários de prédios urbados arrendados, de que são obrigados a apresentar durante o corrente mês de Janeiro, na Repartição de Finanças deste concelho, as respectivas declarações de rendas, quer as tenham ou não apresentado em anos anteriores.

Aqueles que não cumprirem esta obrigação, ficarão sujeitos a multa e os seus prédios serão considerados como não arrendados, e, como tal, sujeitos à respectiva correcção matricial, nos termos da Lei.

Todos os comerciantes colectados pelo grupo C, são também obrigados a apresentar a declaração mod/5, da Contribuição Industrial.»

Aniversários

Dia 24 — o sr. António Almeida, impressor nas nossas oficinas gráficas. Os seus colegas felicitam-no e fazem votos para que esta data se prolongue por muitos anos na companhia de sua esposa e filhos.

**

No próximo dia 21, passa o seu aniversário natalício, o sr. Domingos M. da Silva autor da Monografia de Entre-Ilhomem e Cávado e de várias descobertas arqueológicas.

Tribuna Livre que não pode deixar no olvido este dia elicit o iminente arqueólogo e faz votos para que esta data se repita por muitos anos na companhia de toda a Ex.ma Família.

Tribuna de TERRAS DE BOURO

Há verdades que se pretende disfarçar...

mas que o mundo exterior tem necessidade de conhecer...

Se nos dermos ao cuidado de investigar e analisar, embora muito superficialmente, as diversas características da Raça Humana, facilmente poderíamos chegar a esta conclusão deveras lamentável: — a cobardia e a intrujice são as divisas predominantes que campeiam entre todas as classes, civilizadas e ignorantes, e, geralmente, são elas os focos geradores da maior parte dos males que atormentam a sociedade. E, prosseguindo, não será raro encontrarmos, coligados à cobardia e à intrujice, espíritos virulentos e mal intencionados, pessoas de má índole que chegam a passar uma vida inteira entregues à maldecência, à discórdia, intrigas e zombarias para com o seu próximo... metendo colherada em tudo... (mas só em tudo quanto possa prejudicar, atrazar, deslustrar ou amesquinhar esta ou aquela pessoa, não atendendo a posições ou conceitos, chegando mesmo a cair-lhe na armadilha os próprios vizinhos...) E as coisas correm mal; e as atmosferas apresentam-se cada vez mais sombrias, porque os Homens, salvas pequenas excepções, não se habituaram, desde crianças, a aparecer em público de cabeça levantada, franqueza nos lábios, lealdade nos pensamentos e nas palavras, solidariedade nas suas obras e acções, afectos e caridade nos seus corações.

São defeitos humanos (afirma-se) universalmente conhecidos e que bastante têm prejudicado o nosso concelho, em todos os sectores mas principalmente no sector político... Porque, no lugar onde devia imperar a verdade, pura e clara, coloca-se, disfarçadamente, a intrujice e a mentira, e tudo o que devia ser tomado e tratado pelos Homens com amor, carinho e interesse, apresenta-se ao público como sendo assunto de mera importância, nenhum valor e até com pretenciosas aparências de contrário aos desejos universais.

E, em face desta permanente e confusa evolução, verificamos, sempre agrihados por contínua e persistente mágoa, que os Homens continuam a dizer... sim... sim... quando na verdade deveriam afirmar... não..., não...

(A propósito, acho interessante deixar aqui exposto um frisante e elucidativo exemplo, muito conhecido — pelo menos das pessoas da minha aldeia e mais ou menos da minha idade: — O sr.

Abílio Martins (da Vessada), que foi da freguesia da Balança, (pessoa culta e de bastante respeitabilidade dentro do nosso concelho), tinha um criado (o Mieira), com quem passou uma grande parte dos últimos anos da sua vida, conversando, dando conselhos... escutando opiniões... procurando orientar-se sobre como corria a vida e o andamento dos seus negócios, trabalhos agrícolas, etc, etc.

E então o Mieira, porque precisava de levar a vida e porque desejava também continuar a ser o criado querido do sr. Abílio da Vessada... concordava sempre... sempre... com tudo...; para ele, tudo quanto o Amo dissesse... estava bem... e de seus lábios poucas mais palavras se ouviam pr nunciar (na presença do Amo... é claro...) que não fossem: — sim... sim...

E então o Amo, porque era pessoa bastante culta para poder perfeitamente compreender que estava a ser intrujado, várias vezes repreendeu o criado, desta forma: — «Quem?!... Homem?!... nem sempre sim, sim... nem sempre não, não...»

— Isto passou-se em tempos idos (há já uns 40 anos), dentro do nosso Concelho.

É pena, porém, que estas coisas (esta repreensão) não se repitam, amiudadas vezes, em nossos dias... para que a cobardia, a mentira e a intrujice fossem extirpadas, e em seus lugares fossem colocados, fervorosamente, as transcendentes virtudes da sinceridade, da franqueza e da coragem. E enquanto assim não acontecer... tudo continuará de mal a pior!... porque a moral humana continuará em deprimente estado de putrefacção!...

E, porque assim penso, e também porque sei positivamente que falta a clareza e a sinceridade e altivez na resolução de quase todas as atitudes a tomar, em face dos mais urgentes, necessários e graves problemas que dizem respeito ao estado geral do nosso concelho, eu pretendo neste momento e neste lugar, declaradamente, com toda a sinceridade, com toda a franqueza, com larga visão e apreciação no Futuro (e impellido por laços de genuína amizade), dirigir-me muito respeitosamente, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do meu Concelho, o que passo a fazer:

— Ex.mo Senhor Presidente:

Por
Manuel A. B. Marques

Tenho conhecimento de que Vossa Excelência, há dias, referindo-se à construção da Estrada que há-de ligar a Sede do nosso concelho, pelos principais centros das freguesias de Chorense, Balança, Ribeira, Souto e Sequeiros, fez esta observação: — «... não sei quem foi a pessoa que se lembrou daquela obra...»

— Pois bem. Se de facto assim é, e se V. Ex.ª se exprimiu com toda a sinceridade, e se não está inteiramente senhor de toda a verdade, em relação à citada estrada, seu extraordinário valor e necessidade, eis mais uma razão porque eu não deveria deixar de aparecer a dar a resposta: — *Essa pessoa, fui eu.*

Foi no dia 15 de Novembro de 1944 (já lá vão 19 anos!... mas nunca perdi as esperanças e jamais as perderei; nunca desanimei e jamais desanimarei...), que, em acta de sessão ordinária da Direcção da Casa do Povo da Ribeira se exarou o pedido ao Governo da Nação de um subsídio para a construção de uma Estrada de ligação entre as freguesias de Souto, Ribeira e Balança, e com futuro prosseguimento para a Sede do Concelho, com passagem pelos lugares mais centrais (que são as suas Igrejas), de forma que a vida e os negócios daqueles Povos se tornassem mais suaves, e os seus acessos mais cómodos, mais rápidos e menos distantes.

Procedi assim (e ainda hoje dou graças a Deus pela valorosa inspiração que me concedeu), porque, estando eu a administrar, naquele tempo, a Gerência da Casa do Povo da Ribeira, entendi que era meu dever (dever imposto pelo cargo), acima de tudo, tomar a meus ombros, e como meus, todos os interesses, necessidades, dores e sofrimentos daquele Povo — porque eu era o seu Chefe e... por essa razão, sobre mim pesavam tremendas responsabilidades... perante os Homens e perante Deus, e, porquê a Casa do Povo não pode nem deve desprezar qualquer facto (por maior ou menor que ele seja), necessidade, interesse ou problema que diga respeito ao interesse comum e ao bem-estar dos seus associados, dentro do limite da

sua jurisdição (e quando os homens deixam de pensar assim... as coisas correm como se vê...)

Naqueles tempos (como o ainda hoje) os Povos daquelas freguesias, em união simultânea e grata, concordaram, aplaudiram e acharam de primordial necessidade para a sua Região aquela iniciativa levada a acção pela Casa do Povo.

Hoje o Povo das quatro freguesias (Chorense, Balança, Ribeira e Souto), continua ansiosamente a esperar (como há vinte séculos os Povos esperavam a vinda do Messias) o momento em que o corte da supracitada Estrada seja uma realidade palpável e visível aos olhos de todos (crédulos e incrédulos), e V. Excelência continua a ser mal informado.

Esta ansiedade, como disse, é geral, desde Caldelas a Chorense, excepto em algumas pessoas, que moram à margem da velha e nojenta estrada á existente, levados por espírito de zetetipia.

Essas pessoas, felizmente, não chegam a completar uma meia dúzia... E esses poucos, Sr. Presidente, (um ou dois em Souto; um ou dois na Ribeira; um ou dois na Balança) se se têm manifestado contrários à construção da Estrada, (mas só na presença de V. Excelência o fazem), atraioam as suas consciências; são declaradamente cobardes e intrujões, e... alguns deles, são mal intencionados, e têm levado V. Excelência a um certo desprestígio (inteiramente imerecido, mas bem notório) dentro do nosso Concelho.

Isto são puras verdades (já com barbas), que toda a

gente muito bem conhece e que V. Excelência deve analisar e meditar para bem da nossa Terra, do seu Povo e de V. Excelência.

Quanto à construção da Estrada de ligação da Sede do nosso Conselho a Caldelas, não posso deixar de afirmar, (como representa, dentro do nosso Conselho (em colaboração com a Câmara de Amares), o melhoramento número um, que deve ser levado a efeito o mais breve possível, porque dela depende, (como artéria aorta, no corpo humano) todas as demais ramificações que é necessário fazer-se para todos aqueles povoados, que ainda não têm caminho nem carroiro, como é costume dizer-se.

Reconheço que o corte da Estrada devia ter começado de baixo para cima, isto é, de Caldelas para Covas; mas atendendo a preceitos superiormente impostos, terá que começar da Sede do Concelho; e não haja a menor dúvida de que, se ela terminasse na Balança ou na Ribeira... seria obra inútil e sem valor algum. Porém, uma vez traçada, devidamente, de Covas a Caldelas, tal e qual como está projectada, é obra de valor e grandeza incomparável.

E, se V. Excelência deseja ganhar prestígio dentro do nosso Concelho, procure pôr em execução, sem qualquer sombra de receio, a construção da Estrada — Terras do Bourro — Caldelas, e então verá como o Povo, reconhecidamente agradecer-lhe-á.

Subscrevo-me com estima:
De V. Excelência;
Muito atenciosamente grato,

Ainda o novo imposto de camionagem

—» (Continuado da 1.ª página)

tem. O transporte público está condicionado, o particular não. Daí o surgirem casos em que o próprio proprietário do transporte público se colecta como industrial ou comerciante para poder usar dos benefícios do particular.

Verdade se diga que se não fossem os transportes particulares, não haveria transportes suficientes. O que há a fazer é alargar a concessão de alvarás e depois vigiar para se evitar a vergonha duma pessoa que não tem qualquer exploração ou indústria, e se colecta com 100 ou 200 escudos por ano, compre uma camio-

neta de 10 toneladas para o seu serviço.

A solução imediata podia ser conceder alvarás aos particulares que fazem disso profissão e, depois, vigiar e dar alvarás conforme as necessidades.

Temos o caso dos carros de praça. O povo não tem comodidade que se atenda, tem é que se subordinar ao interesse dum ou doutro que tem um carro e a quem não interessa o alargamento.

Depois uma camioneta particular em que o dono transporta tudo e um carro que anda sempre a fazer favores...

Porque insistimos nestas máscaras que nos desprestigiavam?

J. M.

POIS VAMOS A CAMINHO

Desde o dia 1 deste mês deixaram de estar sujeitas ao pagamento de impostos alfandegários na Metrópole todas as mercadorias originárias das nossas províncias ultramarinas.

Tenho a impressão de que muitas pessoas não-de ter perguntado, admiradas:—Como é que isto foi possível?

Confesso-lhes que não sei como foi. Sabemos todos que não deve ter sido fácil. Os impostos alfandegários não são apenas uma fonte de receita das Finanças Públicas. São um processo de comandar as actividades locais, protegendo-as ou desprezando-as, e também de intervir indirectamente em acordos internacionais de comércio. É um erro, uma deficiência de visão, considerá-los apenas no aspecto financeiro. Todas as alterações nesta matéria implicam limitações do Ministério das Finanças, do Ministério do Ultramar, do Ministério da Economia, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, até do plano da coordenação, que está na Presidência do Conselho e do qual especialmente cuida o ministro de Estado dr. Correia de Oliveira.

Bulir num problema destes é uma das coisas mais difíceis que se pode imaginar. É uma revolução, uma viragem... Que digo eu? É quase uma subversão.

Nós não podemos fazer ideia das resistências que foi necessário vencer, das organizações que houve de ultrapassar, das incompreensões, das satisfações de rotina, dos argumentos de ceticismo—e das ironias, claro!

É certo que todos nós sonhámos com a realização efectiva, alargada a todos os territórios da comunidade portuguesa, de princípios que eram constantes da nossa vida colectiva:—uma só lei, um só comando, igualdade para todos, o máximo de liberdade dentro das nossas terras. Naturalmente que, dentro desse esquema, havia o objectivo de suprimir papéis desnecessários, exigências comprometedoras, diferenciações chocantes. Um só documento de identidade para todo e qualquer cidadão português em qualquer parte da Nação, uma só moeda, a supressão do direito de Alfândega para as mercadorias portuguesas que transitam em território nacional...

Mas seria isso possível? Principalmente os tais direitos alfandegários... Os ministros das Finanças, em regra, não gostam de abrir mão de receitas a que se costumaram há muitos anos...

Seria possível? Tenho a impressão de que todos nós, no fundo, tínhamos umas dúvidas. Lembro-me de que há trinta e cinco anos, quando um ministro das Finanças anunciou que ia equilibrar o orçamento, de forma que as

despesas ordinárias tivessem de caber rigorosamente dentro das receitas do Tesouro, toda a gente ficou muito admirada—e houve quem não quisesse acreditar. Chegaram a publicar-se livros a dizer que não senhores, que não podia ser, que eram simples habilidades de escrituração. É claro que o tempo veio demonstrar depois a sem-razão desses críticos espertalhões. Não somente o orçamento se equilibrara como vieram ainda umas sobras, com que foi possível acudir a tantos atrasos, a tantas deficiências da nossa organização económica! A tantas: eu não disse a todas, porque infelizmente não podia ser.

Ora esses desejos de integração nacional, que todos tínhamos e que eram já exigência dos tempos modernos pelas condições da economia dos grandes espaços e pelas facilidades de comunicações, tinham sido há muito expressos pelo Presidente do Conselho, numa fórmula simples e lapidar, fórmula que ficou célebre: «formação de uma economia nacional no espaço português».

Mas seria possível?

Quem foi encarregado de estudar o assunto e de apresentar os planos de acção foi o ministro Correia de Oliveira—na verdade indicado pela sua preparação económica e política, pela sua espantosa capacidade de trabalho e pelo seu dinamismo. Foi no verão de 1960 que o ministro recebeu o encargo de elaborar o relatório.

Cerca de um ano e meio depois, em Novembro de 1961, sai o decreto 44.016, diploma basilar da integração do espaço económico português. Nesse diploma se determinava que todas as mercadorias originárias das Províncias Ultramarinas portuguesas deixariam, a partir de 1 de Janeiro de 1964, de estar sujeitas na Metrópole ao pagamento de quaisquer direitos aduaneiros.

É claro que os tais críticos espertalhões não acreditaram. «Não! Ali há qualquer habilidade, com certeza!» E não foi só entre nós. Lá fora também houve quem duvidasse. Na declaração que fez à Imprensa em 8 de Março do ano passado, o dr. Correia de Oliveira não hesitou em contar:

«Eu sou também testemunha das dúvidas que no estrangeiro surgiram quanto às intenções verdadeiras do Governo, ao determinar, nas bases em que o fez, a integração económica do País.

«Quase todos consideraram o decreto-lei n.º 44.016 como simples, embora hábil manobra de política internacional; poucos—mesmo entre os nossos maiores amigos—acreditavam que poríamos efectivamente em vigor as medidas que a integração requere. Quantas ve-

zes ouvi dizerem-me: planos de investimento económico em África, sistemas de pagamentos com fundos monetários a concederem créditos, para quê tudo isso, se no primeiro mês das independências negras todo o património dos brancos será desfalcado, se não destruído? Não será mais útil para nós, portugueses, aproveitar a cobertura das nossas tropas e retirar de lá, em tempo, os capitais que possam ser salvos, para com eles reforçar o apetrechamento da economia metropolitana?

«Raro respondi a estas observações; mais raro ainda me ofendi com elas: é que era muito difícil fazer compreender a estrangeiros que as províncias de além-mar sempre foram para nós terra tão própria, tão genuinamente portuguesa como a terra de Guimarães. A explicação do que para nós era evidente não convencia ninguém. Só o tempo e, dentro dele, só os factos poderiam falar por nós.»

Pois, na verdade, cá estão os factos a falar, a dizer-nos claramente como tem sido o caminho prosseguido, embora com dificuldades, com sacrificios e com lágrimas.

Um dos sonhos que nos custava a crer fosse possível realizá-lo, aí está, desde o dia 1 de Janeiro.

Quanto os homens querem, verdadeiramente querem, e é justa a sua vontade, Deus ajuda sempre. O Chefe do Estado, na sua mensagem de Ano Novo, resumiu em duas palavras o que devemos fazer:—esperar e confiar. Quando nos atiramos para os grandes cometimentos, sejam de paz ou de guerra, a vitória resultará sempre desta atitude inicial: esperar e confiar.

Pois, meus amigos, a integração do espaço económico português não foi, afinal uma simples decisão para ficar no papel. Não queremos dizer que já esteja realizada. Mas poderá negar-se agora, perante a evidência dos factos, que vai efectivamente em bom caminho?—ANI

É preciso Aportuguesar as Romarias de Portugal

—» (Continuado da 1.ª página)

gação de esforços é que são essenciais. Estamos no Inverno. Há muitos meses diante de nós para se realizar essa meritória obra».

Queixa-se ainda o editoralista de que tem «ouvido por esse País fora, nas romarias mais famosas, rapazes e raparigas que se esqueceram das características próprias, típicas, que esses acontecimentos sempre tiveram, para se exibirem como coristas num palco de

teatro citadino, em ritmos adoptados e muito usados no estrangeiro».

Ora, «para assistir a tais exhibições, que não têm nada de nacional ou de regional, os turistas da estranha consideram o seu tempo perdido: o que eles querem, quando visitam um país diferente, é conhecer e apreciar o que nas suas terras não têm ou existe em formas diferentes; querem novidades, coisas desconhecidas e, por isso mesmo, atraentes e sedutoras».

Espanha e Rússia

—» (Continuado da 1.ª página)

no Eliseu pelo Presidente De GAULLE a pretexto da passagem do ano. A determinada altura, o embaixador russo em Paris, Vinogradov, ergueu a sua taça de champanhe e, dirigindo-se ao embaixador da Espanha, D. José Maria de Areilza, Conde de Motrico, brindou:

«Que este ano traga o estabelecimento de relações diplomáticas entre a Espanha e a União Soviética».

Areilza, sem manifestar a menor surpresa, aquiesceu com uma vénia discreta, sorriu—e esvaziou também a sua taça.

Deu origem o significativo episódio a uma crónica enviada de Paris para o seu «New York Times» por Sulzberger. Mas ainda mais significativo do que este episódio foi o facto de ter sido a crónica de Sulzberger reproduzida com relevo por quase toda a Imprensa espanhola—e no falangista «ARRIBA» de 8 de Janeiro em lugar de honra, a abrir a sua primeira página de texto.

Se dermos crédito ao que narra Sulzberger, os contactos entre a Espanha e a Rússia datam de 1957, quando o Governo espanhol pediu ao de Moscovo a devolução do ouro do Banco de Espanha enviado, quando da Guerra civil, para a União Soviética. Em vez de responderem, como de outras vezes, que esse ouro fora entregue à Rússia em pagamento de material de guerra adquirido pelo Governo republicano espanhol, os russos retorquiam apenas que tal devolução era impossível enquanto não existissem relações diplomáticas normais entre os dois países.

Depois, em 1961, Vinogradov e Areilza ter-se-iam en-

contrado num almoço oficialmente promovido por um amigo comum, o embaixador da Itália em Paris, Manlio Brosio, antigo embaixador em Moscovo e em Washington. Seguiram-se a esse almoço discretas conversações hispano-soviéticas, para o que foi secretamente a Moscovo o consul geral da Espanha em Berlim. E deram como resultado tais conversações terem os russos vendido à Espanha, em regime de «clearing», óleos vegetais comestíveis para cujo fornecimento os norte-americanos punham «condições inaceitáveis».

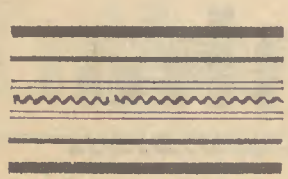
Mais tarde, Krushev, ao enviar ao Generalíssimo Franco a sua nota sobre a «desnuclearização», do Mediterrâneo, endereçou-a expressamente—e expressivamente—ao «Chefe do Estado espanhol». E Franco respondeu, dando a Krushev o tratamento de «Chefe do Governo soviético». Praticamente, era já o conhecimento do actual Governo espanhol pela Rússia e do Governo soviético pela Espanha. Mas em Outubro último Vinogradov e Areilza ter-se-iam encontrado em novo almoço: assim—escreve Sulzberger—«aproximam-se do passo decisivo do seu recíproco reconhecimento o toiro espanhol e o urso russo».

Anuncia-se, entretanto, que a Espanha se dispõe a vender a Cuba navios e material ferroviário, sobretudo automotores. Por seu turno, os Estados Unidos, ao mesmo tempo que exprimiram o seu mal-humorado descontentamento por essas vendas, decidiram retirar das suas bases na Espanha 3.500 homens, o que representará um corte sensível no afluxo de dólares ao país vizinho, uma vez que esses homens e respectivas famílias representam um total superior a 8.000 pessoas com alto nível de consumo.

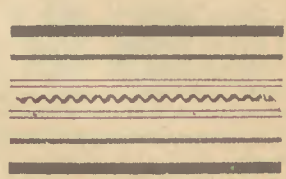
O mais curioso é que os Estados Unidos, sem deixarem de protestar porque a Inglaterra vende autocarros a Fidel Castro e porque a Espanha vai construir navios para a frota mercante de Cuba, vão, simultaneamente, vendendo o seu trigo à Rússia—como se, para os norte-americanos, não existissem, no mundo, outros países comunistas, além de Cuba e da China... —ANI

TRIBUNA LIVRE

é distribuída em Braga no Quiosque Central Largo do Barão de São Martinho



DESPORTOS



O Benfica mais Candidato ao Título

Depois de um início de campeonato em que conseguiu bons resultados, enquanto os seus habituais adversários directos registavam revezes, o Benfica mantinha-se isolado no comando da classificação — a tal ponto que o Campeonato Nacional perdera interesse.

Depois, em duas jornadas, tudo se modificou: o Benfica passava a ter apenas dois pontos de vantagem sobre os outros três grandes classificados no segundo lugar. O campeonato adquiria nova emoção, já que a corrida para o título estava a ser disputada pelos quatro grupos que tradicionalmente dividem os loiros das vitórias.

Na última jornada, porém, com um desafio entre os dois grandes, previa-se que haveria uma redução no grupo os três que tentavam alcançar os guias. Assim sucedeu: o Porto venceu bem o Sporting, que desceu para o terceiro lugar. Mas o que não se previa aconteceu: o Vitória de Guimarães veio a Lisboa dar uma lição de futebol e derrotou claramente os Belenenses por 3-0.

Deste modo, o Benfica mantém-se isolado, no primeiro posto, tendo a dois pontos o Porto e a quatro o grupo constituído pelo Sporting, pelos Belenenses e pelo Vitória de Guimarães. E a luta para o título, ao fim da primeira volta do Campeonato, parece limitar-se a benfiquistas e portuenses, já que os outros só com grande número de factos inesperados poderão aspirar ao primeiro posto.

Dois acontecimentos dominaram a jornada: o triunfo indiscutível do Vi-

tória de Guimarães e a «goleada» finalmente conseguida pelo Benfica.

O primeiro caso não pode ter-se por inteiramente inesperado: há três épocas que os vimaranenses andam a mostrar que sabem jogar futebol, embora entremeando grandes exhibições com jogos relativamente fracos. No Restelo, defrontando os Belenenses, os jogadores do Norte mostraram que realmente assimilaram um sistema especial de jogo: ao futebol moderno, todo feito de tática e de sistemas defensivos, adicionaram em boa dose aquele espírito do futebol de há quinze anos, em que marcar golos era alegria e para os preparar se empenhava toda a equipa, mesmo que para isso desguarnecesse o sector defensivo.

Ora o que aconteceu no Restelo foi exactamente a aplicação desse sistema: ao fim de uns quantos momentos, os lisboetas viram-se perante uma «moda» de jogo, um «figurino» de futebol que, na maior parte, os elementos da equipa já não conheciam. E o resultado foi aparecerem sempre mais minhotos do que lisboetas a disputar cada bola, foi assistir-se ao já saudoso espectáculo de um médio-centro — a que actualmente se chama por norma «defesa-central» — ir à frente ordenar o ataque e distribuir bolas, naquele estilo inconfundível de antes do WM.

Esse papel de jogador antigo numa equipa moderna foi desempenhado magistralmente por Silveira, o brasileiro que há algumas épocas joga em Portugal. Atlético, duro, sabedor, levou a bom termo o difícil papel que lhe fora atribuído e surgiu sempre

como terceiro homem do meio campo, apoiando e orientando as avançadas — e teve o raro mérito de não faltar, também, quando a defesa se batia com os atacantes de Lisboa.

Quanto à «goleada» do Benfica, parece estar intimamente relacionada com a reaparição do novo avançado-centro, José Augusto Torres — um gigante de quase dois metros que substituiu José Águas e parece estar agora a atingir a «forma» necessária para alinhar numa equipa de «estrelas».

Da derrota do Sporting pouco há que dizer: Otto Glória, o actual técnico do Futebol Clube do Porto, já em tempo treinou o Sporting e conhece a equipa por dentro e por fora. Sabendo que um dos defesas laterais (Lino) era substituído por um jogador (Pedro Gomes) afinado mas pouco rápido, opôs-lhe um dos seus mais rápidos elementos (Nóbrega). Foi exactamente por esse sector da defesa que o Porto conduziu os seus melhores ataques — e foi Nóbrega que marcou o golo que viria a ditar o resultado.

Não chega esta derrota a diminuir, porém, os méritos do clube lisboeta — méritos que a todos interessam, neste momento, pois em breve o Sporting irá defrontar o Manchester United, nos quartos de final da Taça dos Vencedores das taças. O grupo de Lisboa jogou bem, foi até onde o deixaram, tentou a vitória — e pelo menos o empate esteve à vista, a poucos minutos do fim, numa jogada em que um remate de cabeça, lançado por Figueiredo, foi magnificamente desviado para canto pelo guarda-portuense, Américo.

Transcrição do jornal

SPORTING

Uma Extraordinária Lição...

Na galeria Sul do rés-do-chão do Estádio José de Alvalade, em reunião magna para apreciação da nova lei fundamental do Clube, a massa associativa do Sporting deu, na passada sexta-feira, 3 de Janeiro de 1964, uma extraordinária lição de civismo e de amor, clubista.

Em hora alta da colectividade, cada um apreciou, como entendeu e quis, as normas do projecto elaborado pela comissão e os comentários, sugestões e alterações propostas pelo Conselho Geral.

E se houve inteira liberdade e à-vontade para tal apreciação, justo é assinalar a forma correcta e elegante como todos procederam, dando mostras de um civismo à altura dos pergaminhos, dos velhos pergaminhos da colectividade.

Até mesmo quando o debate aqueceu e a franqueza brilhou como Sol faiscante a ofuscar a covardia dos que não sabem emitir as suas opiniões no lugar próprio e preferem lançar a sua peçonha nos areópagos em que pontificam, até mesmo nesse instante tudo se passou com elegância, com altura a fazer-nos sentir, mais do que nunca, o orgulho e a honra de sermos sportinguistas.

O brilhantismo da sessão, aliado à importância dos debates e ao excepcional interesse dos assuntos tratados fará, certamente, da última assembleia um marco histórico da vida desta associação em que nos juntamos com uma comum ideia de servir o Desporto e a Pátria.

Podem os detractores e os caluniadores, aqueles que nada fazem nem deixam os outros fazer, aqueles que têm a mania que só valem as suas locubrações ou só surtem efeito os seus actos, continuar nas suas diatribes inconvenientes, prosseguir nas suas venenosas insinuações que nada valem nem nada podem contra a unidade pretendida e que se radicou mais ainda no espírito dos que tomaram parte na reunião da sexta-feira última.

Para aqueles talvez seja oportuno um conselho: não sejam na criminosa acção de desgaste e de desconfiança, lembrem-se do que são e do que foram e não contaminem o ar limpo de miasmas, o ar limpo em que se habituaram a viver os homens e as senhoras do Sporting.

Os homens e as senhoras do Sporting constituem uma família digna e honrada, onde não cabem nem os invejosos nem os odientos, nem os falhados nem os fracassados que queriam fazer do Clube tablado para as suas vaidades insatisfeitas ou para os seus queixumes sem eco.

Ora essa família que é a nossa família e que vive a irradiar confiança no futuro faz da sua simpatia de trato e da espontaneidade e rudeza dos seus anseios, o fulcro da sua acção para a continuidade.

E que lição maravilhosa ela deu na sua última Assembleia Geral. Parabéns, meus amigos! Muito obrigado, sócios do Sporting!